

HABEAS CORPUS Nº 548.349 - MG (2019/0355670-8)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : PERSEU LOPES LUGON E OUTRO
ADVOGADOS : PERSEU LOPES LUGON - ES027310
PATRICIA RIBEIRO ALVES - MG185783
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : FABIO JUNIOR GOMES FERREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de FABIO JUNIOR GOMES FERREIRA, apontando-se como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, que denegou o *writ* de origem, por acórdão assim ementado (fl. 14):

EMENTA: HABEAS CORPUS - ROUBO MAJORADO E CORRUPÇÃO DE MENORES - PRISÃO PREVENTIVA - RELAXAMENTO - IMPOSSIBILIDADE - EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO - REVOGAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DA SEGREGAÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES - DESCABIMENTO - PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR DO PACIENTE - DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA - ORDEM DENEGADA.

1. Como é cediço, os prazos para a formação da culpa não são rígidos, devendo a sua análise ser feita de forma global e, especialmente, à luz do princípio da razoabilidade. Ademais, para a configuração de excesso de prazo não basta à mera alegação numérica, mas a comprovação inequívoca de que o Judiciário não vem cumprindo com o seu dever e agindo com desleixo e inércia, o que não ocorre na espécie. 2. Não merece ser acolhida a alegação de ausência de fundamentação se a il. Magistrada a quo converte a prisão em flagrante do paciente em preventiva ressaltando a necessidade da medida extrema para a garantia da ordem pública, após destacar a presença de prova da materialidade do crime e indícios suficientes de sua autoria. 3. Presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, a manutenção da custódia do acusado é medida que se impõe. V.V. Estando o paciente preso por mais tempo que o prazo legal, sem que haja justificativa para tamanha dilação do prazo para formação da culpa, e não havendo previsão para o encerramento da instrução criminal, está comprovado o constrangimento ilegal.

O paciente foi preso em flagrante, em 26/4/2019, pela prática dos crimes de roubo majorado e corrupção de menores, tipificados no art. 157, § 2º, II do Código Penal e no art. 244-B do ECA, tendo a prisão sido convertida em preventiva.

O impetrante requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão

preventiva, sob as alegações de excesso de prazo na formação da culpa e de que a fundamentação *per relationem* emprestada do parecer ministerial não foi acompanhada do devido acréscimo. Aduz, ainda, ausência de justa causa para prisão e falta dos pressupostos ensejadores da segregação cautelar.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado de sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

Consta da decisão de indeferimento do pedido de liberdade provisória (fls. 27-28):

Tendo em vista que a prisão em flagrante não subsiste por si só, pertinente é a apreciação a respeito da necessidade da manutenção da custódia cautelar, diante das demais medidas cautelares previstas no art. 319 CPP.

Inicialmente, é relevante registrar que o caso sob análise se enquadra em hipótese prevista no art. 313 do CPP, tendo em vista que se trata de crime doloso punido com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos (art. 313 I CPP).

Ouvido o Ministério Público, através do Promotor de Justiça plantonista, se manifestou pela conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva.

Ainda que a pura tipificação da conduta imputada aos autuados não seja suficiente para a conclusão a respeito da presença de requisito ensejador da prisão preventiva, as circunstâncias do caso indicam que a custódia cautelar é a única medida capaz de, ao menos por ora, garantir o resguardo da ordem pública.

Isso - endossando as razões apresentadas pelo MP - "diante da gravidade dos fatos, da violência em grupo empregada, do aliciamento de menores para o crime e de circunstâncias que indicam ter sido o delito praticado com um mecanismo de operação de agentes atuantes na empresa do tráfico de drogas".

Além disso, conforme informações extraídas do APFD, Paulo e Guilherme já foram presos esse ano por furto qualificado, sendo que **Fábio também já foi preso e está envolvido em mais de trinta ocorrências policiais.**

[...]

Assim, as particularidades do caso, destacadas acima, evidenciam que a prisão dos autuados se mostra imprescindível à manutenção da ordem pública, sendo a única medida cautelar adequada às circunstâncias do fato e condições pessoais dos autores, conforme art. 282 II CPP, não se mostrando suficiente, ao menos

por agora, qualquer das demais medidas cautelares previstas no art. 319 CPP, ainda que aplicadas de forma cumulativa.

Diante de todo o exposto, sendo fortes os indícios da existência do crime e da autoria, em razão da presença de elementos concretos a demonstrar que a liberdade dos autuados poderá colocar em risco a ordem pública e a própria credibilidade da Justiça perante a sociedade, outra solução não me parece viável senão a manutenção da custódia cautelar.

Portanto, deixo de conceder a liberdade provisória a GUILHERME DE PAULA FRUTUOSO, PAULO GABRIEL RODRIGUES e **FÁBIO JÚNIOR GOMES FERREIRA** e, com fundamento nos arts. 312 e 313 I do Código de Processo Penal, decreto a prisão preventiva dos autuados.

Como se vê, o decreto prisional foi fundamentado com base na gravidade concreta do crime, evidenciada nas circunstâncias fáticas, *diante da gravidade dos fatos, da violência em grupo empregada, do aliciamento de menores para o crime e de circunstâncias que indicam ter sido o delito praticado com um mecanismo de operação de agentes atuantes na empresa do tráfico de drogas* (fl. 27), além do risco de reiteração delitiva, tendo em vista que *Fábio também já foi preso e está envolvido em mais de trinta ocorrências policiais* (fl. 27).

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que a constrição cautelar impõe-se pela gravidade concreta da prática criminosa, causadora de grande intranquilidade social, revelada no *modus operandi* do delito, e diante da acentuada periculosidade do acusado, evidenciada na propensão à prática delitiva e conduta violenta. Confira-se: HC n. 299762/PR – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 2/10/2014; HC n. 169996/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 1º/7/2014; RHC n. 46707/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 18/6/2014; RHC n. 44997/AL – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Marilza Maynard (Des. convocada do TJSE) – DJe 12/5/2014; RHC n. 45055/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 31/3/2014.

Ademais, a prática do delito com envolvimento de adolescente constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 312.760/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Jorge Mussi – DJe 25/05/2015; RHC n. 38.586/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 23/08/2013 e HC N. 438.685 – 6ª T. – unânime – de minha relatoria.

Esta Corte também tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n.

286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Posto isso, ressalte-se que a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do *habeas corpus* 216.659, ocorrido em 8/6/2016, com ressalva de compreensão pessoal, decidiu que a mera transcrição do parecer do Ministério Público não é apta a suprir a exigência constitucional de fundamentação das decisões judiciais, prevista no art. 93, IX, da Constituição Federal.

Hipótese que não se percebe no caso em apreço, pois a decretação levou em consideração a manifestação do Ministério Público em favor da determinação da medida, mas teceu fundamentação própria, tendo o Juízo de piso, inclusive, acrescido fundamentos às ponderações do *Parquet*, ao ressaltar que *Fábio também já foi preso e está envolvido em mais de trinta ocorrências policiais* (fl. 27).

Com relação aos prazos consignados na lei processual, deve atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal. Com efeito, uníssona é a jurisprudência no sentido de que a ilegalidade da prisão por excesso de prazo só pode ser reconhecida quando a demora for injustificada, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência indevida coação.

Na hipótese, ao menos em cognição sumária, não se detecta manifesta ilegalidade apta a ensejar o deferimento da medida de urgência, pois se faz necessário exame circunstancial do prazo de duração do processo.

Assim, não se constata ilegalidade flagrante que justifique o deferimento da liminar, sendo necessária a apreciação aprofundada do *habeas corpus* por ocasião do exame de mérito, pela Turma, então garantindo a eficácia plena das decisões pelo Colegiado.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator